

**Processos de habilitação matrimonial do século XVIII:
o labor filológico e a análise sócio-histórica de fenômenos
linguísticos**

**The Eighteenth-century marriage process records:
philological labor and the socio-historical analysis of linguistic
phenomena**

**Expedientes matrimoniales del siglo XVIII:
la labor filológica y el análisis sociohistórico de fenómenos
lingüísticos**

Lécio Barbosa de Assis

<https://orcid.org/0000-0001-9343-6900>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo

A investigação de fenômenos linguísticos do português colonial realiza-se a partir de vinte processos de habilitação matrimonial do século XVIII, produzidos pelo Tribunal Eclesiástico da Comarca da Manga, na Freguesia de Santo Antônio da Manga, Bispado de Pernambuco. O estudo tem por objetivo descrever e analisar, sob perspectiva sócio-histórica e filológica-linguística, aspectos gráficos e fonéticos identificados na edição diplomática da fonte documental, estabelecendo relações entre o *corpus* e o contexto sócio-histórico e linguístico de sua produção. Parte-se da hipótese de que tais documentos, embora vinculados a uma tradição normativa específica, preservam traços condicionados por fatores sociais, passíveis de descrição e comparação no âmbito da história da língua. No percurso metodológico, recorre-se ao labor filológico articulado à consideração do entorno social e dos fatos estruturais, com base em cópias fac-similares dos manuscritos. A análise evidenciou variações gráficas, ausência de padronização ortográfica e marcas fonéticas que refletem transformações históricas do português e condições socioculturais do Brasil colonial. Conclui-se que os processos examinados contribuem para o preenchimento de lacunas nos estudos diacrônicos, ao revelar a escrita como espaço de intersecção entre tradição documental, oralidade e prática social.

Palavras-chave: processos de habilitação matrimonial, filologia, linguística histórica.

Abstract

The investigation of linguistic phenomena in Colonial Portuguese is carried out based on twenty eighteenth-century marriage process records produced by the Ecclesiastical Court of the District of Manga, in the Parish of Santo Antonio da Manga, Diocese de Pernambuco. The study aims to describe and analyze, from a socio-

historical and philological-linguistic perspective, graphic and phonetic features identified in the diplomatic edition of the documentary source, establishing connections between the corpus and the socio-historical and linguistic context of its production. It is hypothesized that these documents, although linked to a specific normative tradition, preserve features conditioned by social factors, which can be described and historically compared within the field of language history. Methodologically, the research draws upon philological work articulated with the consideration of the social environment and structural facts, based on facsimile copies of the manuscripts. The analysis revealed graphic variation, lack of orthographic standardization, and phonetic markings reflecting historical transformations of Portuguese and the sociocultural conditions of Colonial Brazil. It is concluded that the examined records contribute to filling gaps in diachronic studies by revealing writing as a space of intersection between documentary tradition, orality, and social practice.

Keywords: marriage process records, philology, historical linguistics.

Resumen

La investigación de fenómenos lingüísticos del portugués colonial se realiza a partir de veinte expedientes matrimoniales del siglo XVIII, producidos por el Tribunal Eclesiástico de la Comarca de Manga, em la Feligresia de Santo Antonio da Manga, Obispado de Pernambuco. El estudio tiene como objetivo describir y analizar, desde una perspectiva sociohistórica y filológico-lingüística, aspectos gráficos y fonéticos identificados en la edición diplomática de la fuente documental, estableciendo relaciones entre el corpus y el contexto sociohistórico y lingüístico de su producción. Se parte de la hipótesis de que tales documentos, aunque vinculados a una tradición normativa específica, preservan rasgos condicionados por factores sociales, susceptibles de descripción y comparación en el ámbito de la historia de la lengua. En el recorrido metodológico, se recurre al trabajo filológico articulado con la consideración del entorno social y de los hechos estructurales, con base en copias facsimilares de los manuscritos. El análisis evidenció variaciones gráficas, ausencia de estandarización ortográfica y marcas fonéticas que reflejan transformaciones históricas del portugués y las condiciones socioculturales del Brasil colonial. Se concluye que los expedientes examinados contribuyen a subsanar vacíos en los estudios diacrónicos, al revelar la escritura como un espacio de intersección entre tradición documental, oralidad t práctica social.

Palabras clave: expedientes matrimoniales, filología, lingüística histórica.

1 Considerações Iniciais

O presente estudo recorre ao labor filológico e ao entorno social para em conjunto com os fatos estruturais explicar os aspectos do estado da língua portuguesa no período colonial. Conde Silvestre (2007) salienta que a pesquisa diacrônica deve reconstruir as informações guiadas por dados históricos, que geralmente são fragmentados. O autor ainda chama a atenção para a reconstrução do contexto social do passado que pode fundamentado por outras ciências, como a história social, a filologia, a paleografia, a diplomática, a linguística de corpus e a sociolinguística moderna.

A proposta de descrição e análise de fenômenos linguísticos tem como *corpus* vinte processos de habilitação matrimonial do século XVIII, produzidos pelo Tribunal Eclesiástico da Comarca da Manga, na Freguesia de Santo Antônio da Manga, Bispado de Pernambuco. O acervo eclesiástico está custodiado no Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, em Paracatu, município do noroeste mineiro.

Acervo eclesiástico relaciona-se ao patrimônio, em papel, encontrado em instituições religiosas, formado por coleções de livros e documentos manuscritos (Lose; Alves; Mazzoni,

2013). Essas coleções constituem-se como fontes primárias de estudos, destacando-se os processos de habilitação matrimonial, que configuram um conjunto documental privilegiado de possibilidades de análises, a exemplo das práticas de escrita, modelos textuais e usos linguísticos. Embora associados, em geral, à historiografia e aos estudos das instituições eclesásticas, a exemplo dos trabalhos de Pimentel (2012) e Santos (2019; 2022), esses documentos permanecem pouco explorados sob o viés filológico e linguístico, sobretudo no que diz respeito ao seu potencial para a constituição de *corpora* histórico-linguísticos e para a compreensão da língua portuguesa no período colonial.

Os textos de caráter jurídico-religioso, como os processos de habilitação matrimonial, apresentam uma estrutura conservadora e fórmulas textuais rígidas que seguem convenções e normas da tradição diplomática de textos modeladores, como as *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), o *Rituale Romanum* (1614) e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). Os processos analisados são compostos pelas seguintes tipologias documentais: autuação, certidão de banhos, certidão de batismo, depoimentos dos nubentes, declaração, autos conclusos, publicação e custas dos autos.

Dentro da diversidade das fontes documentais do acervo eclesiástico produzidos na Comarca da Manga, Bispado de Pernambuco, que sobreviveram ao tempo, os processos de habilitação matrimonial constituem um *corpus* textual que manifesta a situação sócio-histórica e cultural, além de refletir os traços linguísticos de épocas pretéritas, possibilitando a ampliação do conhecimento acerca da língua, da história e das práticas culturais do período colonial. Tais documentos apresentam a data e o local onde foram escritos (Arraial de São Luís e Santa Ana, Freguesia de Santo Antônio da Manga e Minas do Paracatu, Bispado de Pernambuco), o que permite realizar estudos de natureza diacrônica e diatópica. A identificação das mãos de quem escreveu os textos possibilita levantar elementos para entender a prática de escrita da época.

O *corpus* selecionado carecia de transcrição ou de edições para preservar e recuperar o patrimônio escrito, recolocar o texto editado de volta na comunidade, ampliar o público leitor, além de preservar a memória escrita, a partir de novos suportes materiais e digitais. Os procedimentos metodológicos no trabalho com acervos documentais necessitam de descrição da tipologia das fontes, da crítica interna e externa e da preservação da grafia original (Lose, 2017; Lose; Sacramento; Duarte, 2024). No plano linguístico, esses textos

são valiosos para os estudos gráficos e fonético-fonológicos, assim como estudos morfológicos, de sintaxe e lexicais.

O presente estudo dedica-se à descrição e análise sócio-histórica de fenômenos linguísticos a partir da edição diplomática dos processos de habilitação matrimonial do século XVIII realizados a partir de cópias fac-similares com o propósito de relacionar o *corpus* de estudo com o contexto sócio-histórico e linguístico. Partindo da hipótese de que os processos de habilitação matrimonial, embora submetidos às normas da tradição documental, preservam traços linguísticos condicionados por fatores sociais, passíveis de descrição e comparação histórica a partir de uma abordagem filológica, a questão que orienta este estudo é a seguinte: em que medida a análise filológica e sócio-histórica de processos de habilitação matrimonial do século XVIII podem contribuir para preencher lacunas no estudo diacrônico de fenômenos linguísticos?

Para o tratamento filológico do *corpus* foram aplicados os modelos das edições fac-similar e diplomática, fundamentados nos estudos de Lose (2009; 2017), Lose; Lacerda; Carneiro (2024) e Lose, Sacramento e Duarte (2024). Tais edições proporcionaram uma investigação articulada pela abordagem sócio-histórica dos fenômenos linguísticos, levando em consideração o entorno do texto e o estilo daqueles que produziram os registros (*scriptores*).

Os fenômenos linguísticos investigados possibilitam reconhecer padrões de formulação textual, identificar o uso de abreviaturas (Assis; Silva; Pacheco, 2021), analisar o desempenho escriturário dos *scriptores* (Silva, 2011; Assis; Silva; Pacheco, 2023) e observar elementos de continuidade e mudança que caracterizam a escrita jurídico-religiosa do período (Simões; Costa, 2009; Assis, 2024). O levantamento dos dados foi feito com o auxílio do *software* livre *AntConc* (2023)¹ que permitiu dimensionar os dados em análise através de listas de palavras, agrupamentos lexicais e palavras-chave.

O artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: inicia-se pela Introdução, na qual se delineiam os objetivos e pressupostos da investigação; em seguida, a seção “Os processos de habilitação matrimonial na perspectiva filológica” apresenta a contextualização e o enquadramento teórico do objeto; na sequência, o “Percurso metodológico” descreve os procedimentos adotados na análise; posteriormente, em “Aspectos gráficos e fonéticos”, são examinados e discutidos os fenômenos linguísticos identificados. Por fim, as reflexões

¹ Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

resultantes do estudo são sistematizadas nas “Considerações finais”, seguidas das “Referências”.

2 Os processos de habilitação matrimonial na perspectiva filológica

A Filologia constitui um campo de saber de longa tradição dedicado à investigação voltada à leitura, interpretação e edição de textos em sua materialidade histórica. Auerbach (1970, p. 11) a define como “o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem”. O autor destaca que a Filologia não é apenas a ciência dos textos antigos, mas um campo que estuda, com método e rigor, a linguagem humana em suas manifestações artísticas e históricas. Ela conecta forma linguística, tradição textual e contexto cultural, permitindo compreender como diferentes épocas expressaram a experiência humana por meio da palavra escrita.

Portanto, o presente estudo insere-se no campo da Filologia ao tomar o texto escrito como objeto de investigação, examinando-o em sua materialidade histórica por meio da leitura, da interpretação e da edição. Ao considerar os processos de habilitação matrimonial do século XVIII em sua dimensão linguística e histórica, busca-se compreender os contextos históricos e discursivos, os usos da língua em determinado momento histórico e as práticas de escrita da época.

Os processos de habilitação matrimonial tinham como objetivo comprovar a publicidade do casamento e os noivos estariam aptos a contrair o sacramento segundo as normas da Igreja. A publicidade na celebração do sacramento do matrimônio foi um dos aspectos essenciais tratados no Concílio de Trento (1545-1563) com o objetivo de evitar os casamentos clandestinos e secretos, buscando, assim, o controle eclesiástico, evitando os impedimentos não declarados e assegurando a dimensão pública e sacramental do matrimônio. A prática de registrar os sacramentos do batismo e do matrimônio já existia antes do século XVI (Bassanezi, 2009), mas foi o Concílio Tridentino que estabeleceu uma série de condições para os registros, especialmente o matrimônio, que apresentava requisitos preparatórios para concretizar a celebração do sacramento.

A normativa expressa nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) preconizava o rigor institucional que regulava a celebração matrimonial, que o casamento tinha que ser celebrado diante da Igreja (*in facie ecclesiae*), na presença de um sacerdote, perante duas ou três testemunhas e após a publicação dos proclamas durante três domingos

ou dias santos consecutivos. O casamento configurava-se como prática social mediada pela autoridade eclesiástica, que era responsável por assegurar que os contraentes cumprissem as condições necessárias para o enlace matrimonial.

Desse modo, quando um casal se apresentava ao pároco manifestando a intenção de contrair matrimônio, dava-se início a uma averiguação preliminar destinada à coleta de informações pré-matrimoniais, a qual resultava na produção de registros de natureza jurídico-religiosa que integravam os processos de habilitação matrimonial. A obrigatoriedade e a padronização desses registros conferiram-lhes ampla representatividade, organização serial e ordenação cronológica, além de serem, ao mesmo tempo, uma documentação individual e coletiva (Bassanezi, 2009).

Os processos de habilitação matrimonial são exemplos de textos normatizados que têm uma estrutura rígida, refletindo práticas da língua em uso do período de produção. A análise da fonte documental, ao levar em conta o contexto sócio-histórico de produção e o perfil social do *scriptor*, revela os aspectos da grafia, morfologia, sintaxe e léxico empregados no uso da língua portuguesa no século XVIII.

O **Quadro 1** apresenta os *scriptores* que foram identificados nos processos de habilitação matrimonial no marco temporal em que foram produzidos (1785-1799).

Quadro 1 - *Scriptores* identificados

<i>Scriptor</i>	Cargo/ função
Domingos de Crastro Guimaraens	Sacerdote do Hábito de São Pedro/ Escrivão da Câmara e Juízo Eclesiástico
Baltazar Simoens da Cunha	Coadjutor e Pároco interino
José Alves da Costa	Provisor e Vigário Geral da Comarca da Manga
José Guedes da Silva Porto	Escrivão da Câmara e Juízo Eclesiástico
Carlos Dias de Carvalho Paracatuense	Vigário Geral e Juiz dos Casamentos
Antônio Joaquim de Souza Correia e Mello	Vigário Colado de Santo Antônio e São Romão da Manga
José de Pinna Vasconcelos	Sacerdote do Hábito de São Pedro/ Vigário da Vara, Juiz das Justificações, Casamentos e Resíduos

Fonte: Elaboração própria.

Os dados do **Quadro 1** permitem lançar luz sobre a organização eclesiástica e administrativa da Comarca da Manga no recorte temporal estudado. Observa-se que os *scriptores* exerciam cargos que combinavam funções religiosas e administrativas, o que reforça o caráter institucional e normativo dos processos de habilitação matrimonial. A

configuração da língua naquele microcosmo social não é meramente acidental, mas reflete um esforço consciente de ancoragem em modelos tradicionais. Nesse sentido, a prática filológica vincula-se a contextos históricos percebidos como herdeiros de um passado cultural considerado superior ou exemplar, como ocorreu no Renascimento humanista (Gumbrecht, 2021).

No caso dos processos de habilitação matrimonial, a vinculação a um passado cultural não surge espontaneamente no âmbito dos Tribunais Eclesiásticos ou das freguesias (paróquias), mas é resultado do diálogo intertextual entre as *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1543-1565), o *Rituale Romanum* (1614) e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), além da consolidação da linguagem jurídico-religiosa da tradição documental (Simões; Costa, 2009; Assis, 2024).

Gumbrecht (2021) explica que a filologia se orienta pela identificação, restauração e edição de textos do passado, tarefa que envolve o reconhecimento de fragmentos, a comparação de variantes, a proposição de versões críticas e a elaboração de comentários historicamente fundamentados, sempre sustentada por uma consciência de historicização e por uma finalidade pedagógica. Lose (2017) fortalece esse argumento informando que a filologia tem como objeto o texto e busca estabelecer edições confiáveis, adequadas ao público, que permitam o acesso seguro ao seu conteúdo. Enquanto Crítica Textual, ocupa-se do texto em sua materialidade histórica e em seu valor como documento e testemunho literário. Utilizando as orientações preconizadas por Gumbrecht (2021) e Lose (2017), a edição dos processos de habilitação matrimonial considerou todos os aspectos (paleográficos, gráficos, linguísticos, sócio-históricos e culturais) como informações essenciais para integrar a interpretação completa dos textos.

Durante o processo de leitura e transcrição, foi recorrente encontrar folhas deterioradas, rasuras, borrões, manchas de umidade, corrosão causada pela tinta, lacunas por perda material e trechos ilegíveis. Diante de situações recorrentes no labor filológico, o pesquisador passa a reconhecer o texto como fragmento histórico, procedendo à identificação e ao registro dessas ocorrências conforme critérios editoriais previamente definidos e metodologicamente fundamentados (Lose, 2017; Lose; Sacramento; Duarte, 2024).

O estudo filológico, pautado pelo rigor documental e critérios técnicos, não se isola da hermenêutica, mas a incorpora em sua essência, por meio da atuação do editor como um mediador crítico e interpretativo (Gumbrecht, 2021). Nos processos de habilitação

matrimonial, essa postura metodológica manifesta a análise criteriosa conforme propõe Petrucci (2003): O quê? Quando? Onde? Como? Quem? Por que o texto foi escrito? Assim, antes de atribuir significados socioculturais às variações gráficas, rasuras, abreviaturas e fórmulas fixas recorrentes nos documentos, o labor filológico privilegia o rigor documental antes de qualquer interpretação mais ampla.

Gumbrecht (2021) contextualiza o papel estruturante da filologia nas disciplinas voltadas aos períodos mais remotos da cultura escrita, constituindo competência fundamental em campos como os estudos clássicos e as áreas dedicadas à reconstrução textual de tradições antigas e medievais. Na documentação eclesiástica do século XVIII, a filologia assume papel essencial, pois sua leitura exige conhecimento da tradição jurídico-religiosa (Simões; Costa, 2009; Assis, 2024), da história da ortografia da língua portuguesa (Coutinho, 1976) e das práticas de escritas do período de produção (Silva, 2011; Assis; Silva; Pacheco, 2023). As variações gráficas, as abreviaturas e características materiais dos documentos demandam competência filológica para a compreensão crítica dessa documentação.

A presente seção dedicou-se a examinar, sob a perspectiva filológica, o processo de constituição dos documentos manuscritos que compõem o *corpus* da pesquisa. Na seção seguinte, apresenta-se o percurso metodológico trilhado na presente investigação.

3 Percurso metodológico

Nesta seção será apresentada a seleção do *corpus* em estudo, bem como as questões relativas ao tipo de edição e às respectivas normas editoriais.

A documentação manuscrita que compõe o *corpus* de trabalho foi produzida no século XVIII pela Câmara e Auditório Eclesiástico da Comarca da Manga, Bispado de Pernambuco e está custodiada no Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, em Paracatu-MG. O *corpus* é composto por vinte processos de habilitação matrimonial, selecionados em razão do seu adequado estado de conservação, que possibilitou a leitura e a transcrição integral dos manuscritos. A documentação abrange o período de 1785 a 1799, apresentando extensão variável, entre cinco e doze fólios, o que revela relativa diversidade quanto à dimensão material dos autos analisados.

A edição diplomática realizada a partir das reproduções fac-similares foi utilizada pelo interesse histórico e linguístico, conservando todas as suas características, como erros,

lacunas, grafia, fronteiras de palavras e abreviaturas (Lose, 2009; Lose; Sacramento; Duarte, 2024). O processo de edição fundamentou-se nos *Critérios² de Edição da Série Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia*, elaborados pelo Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana – NELP/UEFS³ (Lose; Lacerda; Carneiro, 2024), diferenciando-se apenas quanto ao tratamento das abreviaturas, que foram preservadas tal como se apresentam na documentação original.

Para a análise das ocorrências gráficas e dos possíveis indícios fonéticos presentes nos manuscritos, recorreu-se ao *software* gratuito *AntConc* (2023), cuja utilização possibilitou examinar de forma sistemática os dados linguísticos e evidenciar os traços que refletem o estado da língua portuguesa no contexto sócio-histórico de produção da fonte documental. A ferramenta computacional oferece recursos que permite dimensionar os dados em análise por meio de listas de palavras, concordância e palavras-chave.

No âmbito da análise linguística, visando sustentar a análise sócio-histórica dos fenômenos investigados, recorreu-se a estudos de referência no campo da Filologia e da História da Língua Portuguesa, como Said Ali (1965), Coutinho (1976), Pinto (1988), Flexor (2008), Berwanger e Leal (2012) e Sobral (2021). Após a seleção das unidades de análise, buscou-se evidenciar os padrões relativos aos aspectos gráficos e fonéticos, por meio do cotejamento com investigações como as de Silva (2011), Assis, Silva e Pacheco (2021; 2023) e Assis (2024).

Cabe, agora, examinar os aspectos gráficos e fonéticos identificados nos processos de habilitação matrimonial do século XVIII, observando em que contextos se manifestam e como se relacionam com os fatores linguísticos e sócio-históricos, o que será desenvolvido na seção seguinte.

4 Aspectos gráficos e fonéticos

²A leitura adotada orienta-se por um princípio conservador, resguardando as grafias, formas e especificidades do testemunho, assim como a organização dos blocos textuais, a disposição das linhas e as alterações de punho. Indica-se com precisão os fólhos, as quebras de linha e eventuais deteriorações do suporte material, de modo a assegurar a transparência do trabalho editorial. A edição preserva integralmente a ortografia, a acentuação e o emprego de maiúsculas e minúsculas conforme figuram no original, incluindo as abreviaturas. Trechos de difícil leitura, lacunas decorrentes de perdas físicas e hipóteses de restituição são assinalados mediante códigos convencionados, garantindo distinção nítida entre o texto transmitido e as intervenções do editor. Também são devidamente registrados os elementos de validação, como assinaturas e sinais públicos (Lose; Lacerda; Carneiro, 2024).

³ Disponível em: <https://nelp.uefs.br/>.

Os processos de habilitação matrimonial do século XVIII constituem um campo fértil para o estudo dos traços do nível gráfico-fonético, uma vez que refletem o contexto de produção e “recorrem ao entorno social para, em conjunto com os fatos estruturais, explicar os aspectos em curso em dado estado de língua” (Silva, 2011, p. 259). Sobre os estudos gramaticais voltados à ortografia do século XVIII, Pinto (1988) considera que o tema gerou intensos debates por ser abordado, muitas vezes, de forma pouco coerente e sem fundamentos científicos sólidos. Essa ausência de uniformidade fez da ortografia um dos aspectos mais controversos da história da língua portuguesa.

Pinto (1988) contextualiza que o século XVIII manteve as contradições ortográficas herdadas de períodos anteriores, marcadas pela indecisão entre tradição, etimologia e fonética. Essa instabilidade era marcada pela falta de padronização entre copistas e escritores, resultando em uma ortografia irregular e pouco uniforme. O percurso histórico da ortografia da língua portuguesa reflete de modo bastante marcado a grafia irregular e a falta de uniformização da escrita.

A história da ortografia da língua portuguesa pode ser dividida em períodos: fonético, etimológico (ou pseudoetimológico) e simplificado. O período fonético vai dos primeiros documentos escritos até o século XVI, caracterizado pela escrita voltada à sonoridade, com preocupação em representar os sons da fala. O período pseudoetimológico, do século XVI até 1904, introduz o uso de consoantes geminadas e insonoras e grupos consonantais impropriamente chamados de gregos, refletindo uma tentativa de aproximação com as formas clássicas. Por fim, o período simplificado, iniciado com a publicação da *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, em 1904, chega até os nossos dias (Coutinho, 1976).

As marcas gráficas e fonéticas observadas nos processos de habilitação matrimonial refletem o estado da língua portuguesa marcado pelo contexto sócio-histórico de sua produção. A seguir, destacam-se alguns desses elementos para exemplificar tais características.

4.1 Emprego do <y> em sequências vocálicas orais

A representação gráfica de sequências vocálicas orais nos processos de habilitação matrimonial reflete traços da escrita etimológica, manifestando uma forma de busca do ideal de perfeição da língua. Os *scriptores* apresentavam um comportamento linguístico

“exagerado”, refletindo a admiração pela corrente Renascentista em voga na época (Pinto, 1988; Silva, 2011). Exemplos extraídos do *corpus*: arrayal, may, aceytey, autoey, assigney, Ribeyra, Ribeira, concertey, Ferreyra, Ferreira, mandey, direyta, solteyra, solteiro e foy.

O manuscrito evidenciou que os *scriptores* seguiram as tendências da escrita do seu tempo e as variações da representação gráfica de sequências vocálicas orais mostraram a influência da tendência da escrita etimológica, prática comum aos escritores quinhentistas e seiscentistas (Said Ali, 1965) que buscavam o ideal de perfeição da língua, influenciados pela corrente Renascentista.

4.2 Uso de formas etimologizadas

Pinto (1988) observa que, no século XVIII, a língua portuguesa refletia as tensões sociais e culturais entre Portugal e suas colônias. A prosperidade advinda do ouro brasileiro contrastava com o conservadorismo da aristocracia e do clero, enquanto tanto a elite social quanto o povo eram influenciados pelas inovações técnico-científicas e artísticas oriundas, sobretudo, da França e Itália.

O Renascimento promoveu o ressurgimento dos modelos greco-latinos, influenciando os *scriptores* a adotarem de maneira acentuada a grafia etimológica, como forma de expressar erudição e ideal de perfeição da língua (Silva, 2011; Assis; Silva; Pacheco, 2023). O **Quadro 2** oferece evidências da influência desse período nos documentos em estudo.

Quadro 2: Formas etimologizadas

consoantes geminadas	C abbido, A ccento, E ccelesiastico, o fficio, e stillo, G onçal l o, p ello, i llustrissimo, n elle, d elles, e lles, c ommar c a, a nn o , A nn a , suplicant t e, remett i do, Sentt e nça, autt o s.
encontros consonantais impróprios	B aptismo, baptiz a do, Baup t isterio, assign e y, assign a r, t heor, ath é , Jozeph h , paro c ho, contract a dos, Sanct a , defunct o , prompt i ficado, saptis f eito, or p ha õ , C hrist o , S ign a l, Cam n onico, condem n o.
substituições consonantais	S inco, freguezia, ass i ma, cazamento, exp o nç a is, prom e ça, paçar, ver ç o, Forens s e, Nassimento, goardasse, faleç i do, prossend e ncia, nasça õ .

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a representação gráfica das consoantes presentes nos processos de habilitação matrimonial, constata-se que os *scriptores* procuravam seguir, à sua maneira, o princípio etimológico, mostrando preferência pelas formas etimologizadas, o que refletia a admiração pela corrente renascentista em voga. Durante esse período, coexistiram “várias ortografias, dado que a etimologia [...] era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor” (Coutinho, 1976, p. 71).

O emprego de consoantes geminadas no *corpus* aproxima-se de usos característicos do português arcaico, evidenciando a permanência de traços gráficos associados à tradição latina. Segundo Said Ali (1965), não havia necessidade fonética para o uso das consoantes geminadas, sendo sua ocorrência atribuída a uma imitação de modelos clássicos do que a uma exigência linguística. Os *scriptores* buscavam na etimologia das palavras uma forma de autorizar e legitimar a argumentação que construíram seus textos, numa tentativa de aproximar o vernáculo da língua latina.

No caso das substituições consonantais, como em “Sinco, freguezia, assima, cazamento, exponçais, promeça, paçar, verço, Forensse, Nassimento, goardasse, faleçido, prossendencia, nação”, indica que havia também a influência da oralidade, pois “a língua era escrita para o ouvido” (Coutinho, 1976, p. 72), além da ausência de normatização ortográfica da língua portuguesa no período estudado, que levava à hesitação gráfica no momento da escrita. Desse modo, a análise de manuscritos antigos reforça a perspectiva de Conde Silvestre (2007) ao demonstrar que, embora o pesquisador dependa de textos sobreviventes para reconstruir o passado, esses registros possuem valor linguístico próprio para revelar variações e mudanças.

Assim, a hesitação gráfica observada não deve ser vista apenas como erro, mas como um reflexo da influência da oralidade e das peculiaridades da língua em uso à época, consolidando o documento como uma fonte direta e indispensável para a sócio-história da língua portuguesa no período colonial.

4.3 Ausência de contração em <em o>

Na história da língua portuguesa, constituíram-se diversas formas decorrentes da contração de dois elementos distintos em um único, como a forma combinada de preposição e artigo definido. Um aspecto que se verifica é que, nos manuscritos estudados, a contração em <em o> não é realizada.

A seguir, são apresentadas algumas construções:

[...] **em o** Cartorio d emim Escrivão ao diante nomeado, [...];

[...] os Livros findos dos assentos dos batizados desta Freguezia de Santo Antonio da Manga **em o** que servio [...];

E naõ se contendo mais cousa alguma **em o** dito assento [...];

[...] que se achaõ emmeu poder, e camera **em o** que servio desde o anno de mil sete centos, e Setenta, e sinco [...];

[...] Mais cousa alguma **em o** dito assento [...];

[...] Bispado dePernambuco **em o** Cartorio de mim Escrivão ao diante nomeado, [...].

O fenômeno em questão é explicado por Barreto (1986, *apud* Silva, 2011) ao informar que a rejeição das formas contraídas (em o – no; em a – na) estaria associada à ocorrência de cacófatos. Segundo o autor, determinadas construções poderiam gerar repetições de sílabas ou de sons iniciais, o que comprometeria a harmonia e elegância do estilo.

O **Quadro 3** apresenta as construções extraídas de Silva (2011) e Assis, Silva e Pacheco (2023).

Quadro 3 - Ausência de contração em <em o> e <em a>

Silva (2011)	Assis, Silva e Pacheco (2023)
aprenderaõ em a companhia de muitos a pelejar	pello meio dia em a igreja da Missaõ desam Pedro
Da reverencia, que se dever ter em a Oração	pela manhaã em a Igreja de Nossa Senhora daConceição
bem ensinados em o Mosteiro	em a Missaõ deSam Pedro doPorto da folha
-	em a Capella de Nossa Senhora da Conceição do Urubû Miyrim
-	morador em o Citio da Borda da Mata desta freg. ^a

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às ocorrências encontradas em Silva (2011) e Assis, Silva e Pacheco (2023), assim como nos exemplos retirados dos processos de habilitação matrimonial, não se percebe a possibilidade de cacófatos, tampouco de casos em que a contração se daria com o artigo determinante do sujeito, configurando um preciosismo desnecessário dos *scriptores*.

4.4 Expressões latinas

Nos documentos examinados, destacam-se as seguintes expressões latinas: *Era supra* (era/ ano acima), *juro in fide Parochi* (juro sob a fé do Pároco), *juro in verbo Sacerdotis* (juro pela palavra do sacerdote), *Episcopali Vacante* (na vacância episcopal), *in is criptis* (nesses escritos), *in scriptis inde* (nesses escritos, a partir daí/ de onde). Pode-se afirmar que o uso de expressões latinas nos textos jurídico-religiosos deve ser compreendido como um elemento das Tradições Discursivas, em que o conservadorismo e a evocação de modelos históricos asseguram a autoridade e identidade desses gêneros, indo muito além de uma simples escolha estilística ou de vaidade pessoal para si aproximar das formas eruditas da língua.

Em seu estudo sobre a descrição e análise do Livro das Monjas, Silva (2011) ao evidenciar o estado da língua portuguesa do século XVIII, descreveu duas situações para as expressões latinas encontradas em sua investigação: 1) O latim eclesiástico, empregado nas orações, cantos e remissões à Santa Escritura e à doutrina dos Doutores e Santos e, 2) O latim jurídico, empregado nas fórmulas judiciais, na elaboração das leis e na proclamação das sentenças.

Silva (2011) explica que o *scriptor* buscava preservar as expressões em latim relacionadas ao cotidiano religioso e traduzi-las faria com que perdessem o sentido construído pelo hábito da repetição, além de, em alguns casos, as expressões refletirem a economia feita para não citar um texto completo, apenas utilizando alguma expressão para a evocação de determinado texto.

O emprego das expressões latinas nos processos de habilitação matrimonial evidencia a prática de escrita influenciada pela tradição documental eclesiástica, refletindo tanto a influência linguística quanto a autoridade da Igreja na produção documental da época, fato também observado por Silva (2011).

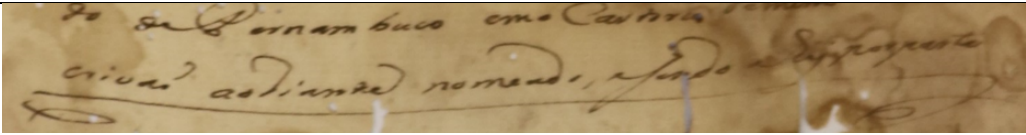
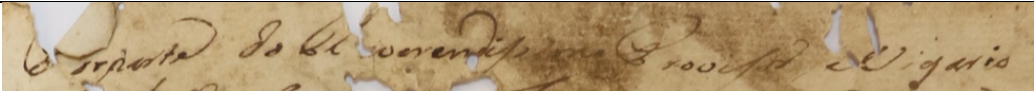
4.5 Reclames

O reclame é a palavra final do fôlio que é repetida no fôlio seguinte, com o objetivo de indicar a sequência dos fôlios e da leitura. Esse recurso representa uma técnica de

organização de páginas (Assis, 2024). A título de ilustração, o **Quadro 4**, ressalta os exemplos retirados de um dos processos que compõem o *corpus*.

Quadro 4 – Reclames

Fólio 3 recto (Final do documento)	
Transcrição:	Delegado, e Visitador Geral Gonçalo
Fólio 3 verso (Início do documento)	
Transcrição:	Gonçallo Coelho de Lemos, confirmado
Fólio 3 verso (Final do documento)	
Transcrição:	sento, que eu dito Escrivão aqui bem
Fólio 4 recto (Início do documento)	
Transcrição:	Bem, efielemente passei aprezenre
Fólio 5 recto (Final do documento)	
Transcrição:	por Provisão do Reverendissimo Delegado
Fólio 5 verso (início do documento)	
Transcrição:	Delegado, e Visitador Geral Gonçalo Coelho
Fólio 5 recto (Final do documento)	
Transcrição:	rocho Interino = E não se continha mais
Fólio 6 recto (início do documento)	
Transcrição:	Mais cousa alguma em o dito assento, que

Fólio 8 recto (Final do documento)	
Transcrição	crivaõ aodiante nomeado, esendo ahy porparte
Fólio 8 verso (início do documento)	
Transcrição	Porparte do Reverendissimo Provisor, e Vigario

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados apresentados no **Quadro 4**, observa-se que a última palavra escrita no final do fólio é a que funciona como um elemento de ligação para anunciar as próximas palavras do fólio seguinte. Posicionado na última linha do texto, no canto inferior direito, o reclame é ajustado à mancha escrita para auxiliar na ordenação dos fólhos. No fólio subsequente, nota-se que a escrita apresenta traços mais cuidadosos, aproveitando o espaço disponível no início da página.

A organização dos manuscritos revela a adaptação técnica dos *scriptores* à dimensão física do suporte. Conforme explica Dias (2018), “quanto aos reclames, consistem de um grupo de letras ou palavras que a princípio eram colocadas na margem inferior do verso do último fólio de um fascículo, e essas letras ou palavras se repetiam no início do fólio seguinte”. Os dados evidenciam que o emprego desse recurso está condicionado à estrutura do texto: quando a escrita se encerra harmoniosamente dentro dos limites do fólio, o reclame não é utilizado, demonstrando uma gestão consciente do espaço gráfico.

4.6 Sistema de abreviaturas

Os estudos filológico-paleográficos aplicados aos processos de habilitação matrimonial possibilitaram conhecer e descrever algumas características da grafia da época, a exemplo do sistema de abreviaturas. Etimologicamente derivada do grego *braqui* (curto) e *graphein* (escrever), a abreviatura é uma forma reduzida de se escrever uma palavra. Consiste na redução de alguma ou algumas letras de sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito (Costa, 2006).

Indicada como um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas na leitura e transcrição de documentos históricos (Flexor, 2008; Berwanger; Leal, 2012), o uso ampliado e variado das abreviaturas impõe desafios à compreensão desses registros.

Sobral (2021) reforça que a principal característica desse sistema é a falta de uniformidade na forma de redução das palavras, já que a mesma abreviatura pode representar termos distintos, enquanto uma mesma palavra pode aparecer abreviada de maneiras variadas, inclusive no documento redigido pelo mesmo *scriptor*.

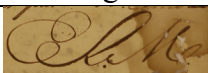
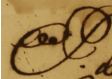
A análise filológico-paleográfica detalhada das abreviaturas e marcas de abreviaturas no *corpus* revela tendências gerais do período, mas também peculiaridades determinadas pelas preferências de cada *scriptor*, bem como apresenta esse fenômeno de redução dos elementos que obedece ao princípio da economia.

No entanto, em conformidade com as determinações das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719) estabeleciam normas precisas para os registros eclesiásticos. O texto ordena que todas as informações sejam escritas por extenso, evitando o uso de algarismos ou abreviaturas, a fim de prevenir erros e ambiguidades que poderiam ocorrer.

Assis, Silva e Pacheco (2021), ao estudarem o uso de abreviaturas em um livro de assentos de casamentos do século XVIII da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, constataram que o uso desse recurso linguístico refletia, além do princípio da economia, as tendências utilizadas na época que seguiam a tradição documental. Os autores, ao realizarem o estudo da materialidade do texto, destacaram que as abreviaturas ocorreram com maior frequência em palavras mais recorrentes nos textos do que naquelas de maior extensão.

A partir do levantamento efetuado neste estudo, as abreviaturas foram classificadas segundo os critérios propostos por Flexor (2008), Berwanger e Leal (2012) e Sobral (2021). As abreviaturas por siglas constituem um tipo específico de abreviação em que a palavra ou expressão é representada por sua letra inicial, podendo, em alguns casos, ser acompanhada de sinais gráficos ou pontos (Berwanger e Leal, 2012; Sobral, 2021). O **Quadro 5** a seguir expõe algumas amostras de abreviaturas identificadas por siglas no *corpus* estudado.

Quadro 5 – Abreviaturas por siglas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	ER.M.	<i>Espera Receber Mercê</i>
	q'	<i>que</i>
	P.	<i>para</i>

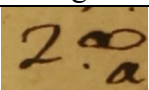
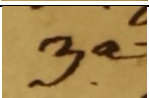
	q'	que
---	----	-----

Fonte: Elaboração própria.

Entre os exemplos apresentados de abreviatura por siglas, um exemplo é por siglas compostas, formada pelas três primeiras letras de cada palavra: E R M (*Espera Receber Merce*). Em dois exemplos (q' e P.) foram utilizados sinais abreviativos apóstrofo (') e ponto (.).

Outra forma identificada foi a abreviatura alfanumérica. Veja alguns exemplos:

Quadro 6 – Abreviaturas alfanuméricas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	2ª	segunda
	3ª	terceira

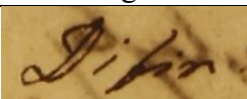
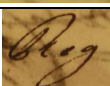
Fonte: Elaboração própria.

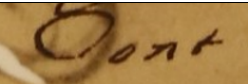
Representada pela combinação de números e letras, os exemplos foram encontrados em um dos gêneros textuais que compõe os autos estudados, um certificado de banhos que indica as datas das denúncias (2ª a 17 do m.^{mo} mes e *Erasupra*; 3ª a 24 do m.^{mo} mes e *Erasupra*).

Destacam-se a seguir as abreviaturas baseadas em sinais gerais, conforme Flexor (2008). Esse tipo de representação corresponde àquelas em que se indica que houve uma redução da palavra, sendo possível utilizar marcas ou sinais para indicar a omissão, e podem ser subdivididas em: abreviaturas por suspensão ou apócope, abreviaturas por contração ou síncope e abreviaturas com letras sobrescritas.

O **Quadro 7** apresenta alguns exemplos extraídos dos manuscritos cuja palavra abreviada apresenta-se inacabada, devido à supressão dos elementos finais. Veja.

Quadro 7 – Abreviaturas por suspensão ou apócope

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Difir	Difirimentos
	Preg	Preguntas

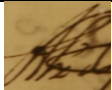
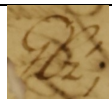
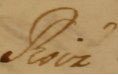
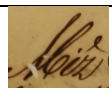
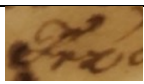
	Cont.	Conta
---	-------	-------

Fonte: Elaboração própria.

A abreviatura por suspensão ou apócope ocorre quando a palavra é interrompida antes do final, sendo representada apenas pelas primeiras letras. Esse tipo de abreviação, que deriva das siglas, é aplicado, sobretudo, a palavras de uso frequente no texto (Flexor, 2008; Berwanger e Leal, 2012; Sobral, 2021). Nos achados de Assis, Silva e Pacheco (2021), a predominância nesse tipo de abreviação ocorreu com mais frequência em palavras mais extensas, de três ou quatro sílabas, como Concílio (Conc), Constituições (Consti.), Tridentino (Trid), escravo (escr.), sagrado (sagr:) e apenas em uma palavra de duas e uma sílaba: “folha” e “Frei”. No *corpus* em estudo, a forma de abreviar por suspensão ou apócope ocorreu de forma semelhante, com maior ocorrências em palavras extensas do que em palavras de duas sílabas.

O próximo processo de abreviar é caracterizado pela junção dos elementos do começo e do fim do vocábulo. São as abreviaturas por contração ou síncope que se caracterizam pela supressão de uma ou mais letras do interior da palavra, mantendo-se, contudo, a letra inicial e a final (Flexor, 2008; Berwanger e Leal, 2012; Sobral, 2021). Conforme o **Quadro 8**, verifica-se que, a forma de abreviar por contração ou síncope ocorre em nomes próprios.

Quadro 8 – Abreviaturas por contração ou síncope

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Alz'	Alves
	Glz'	Gonçalves
	Roiz'	Rodrigues
	Miz'	Muniz
	Frz'	Fernandes

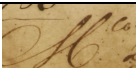
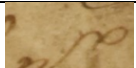
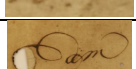
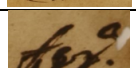
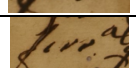
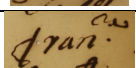
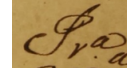
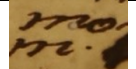
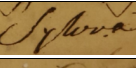
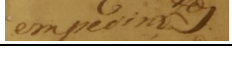
Fonte: Elaboração própria.

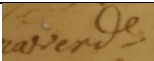
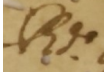
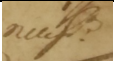
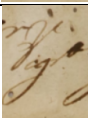
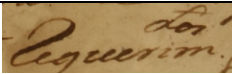
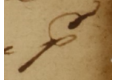
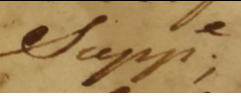
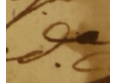
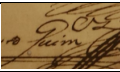
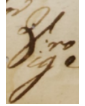
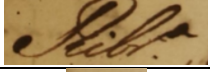
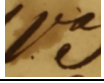
No estudo de Assis, Silva e Pacheco (2021), as abreviaturas por contração ou síncope foram recorrentes, na maioria dos casos, em patronímicos com a terminação <es>, sinalizada pela letra <z> ao final da forma abreviada (exemplos: Alz' - Alvares; Frz' - Fernandes; Glz' - Gonçalves; Nnz' - Nunes; Roiz - Rodrigues). Dados semelhantes são observados na pesquisa de Costa (2006), que identifica esse mesmo padrão em sobrenomes como Roiz' (Rodriguez); Frz' (Fernandez); Glz' (Gonçalves) e Miz' (Martinz). No que se refere aos exemplos extraídos dos processos de habilitação matrimonial, observa-se que o uso da abreviação por contração ou síncope seguiu a mesma tendência.

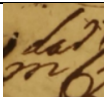
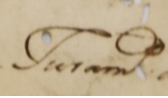
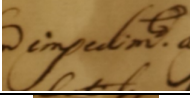
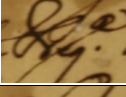
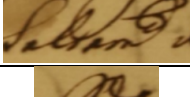
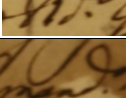
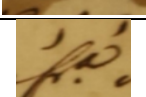
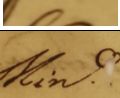
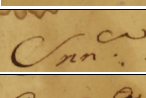
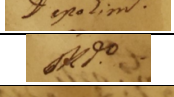
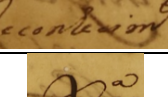
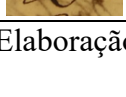
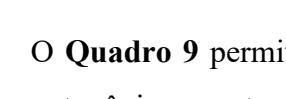
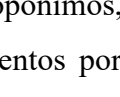
Outro recurso muito produtivo é a forma de abreviar por letras sobrescritas, “em que, em geral, é colocada a letra inicial ou prefixo da palavra, e, em suspensão, a última ou as últimas letras da palavra” (Flexor, 2008, p. 14). Os exemplos do **Quadro 9** evidenciam maior produtividade no *corpus*, revelando que os *scriptores* dispunham de diversos recursos de abreviação. Ademais, embora se observe certa liberdade na aplicação dessas abreviações, utilizadas em diferentes categorias gramaticais e nem sempre seguindo um padrão fixo, é possível identificar casos que demonstram alguma regularidade em seu uso.

As formas abreviadas apresentadas no quadro a seguir são alguns exemplos extraídos dos manuscritos. Veja:

Quadro 9 – Abreviaturas por letras sobrescritas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	M. ^º	maço
	n. ^º	número
	Escr. ^ª	Escrivam
	fer. ^ª	Ferreira
	ferr. ^ª	Ferreira
	Franc. ^ª	Francisca
	Pr. ^ª	Primeira
	m. ^ª	mesmo
	Sylv. ^ª	Sylveira
	empedin. ^ª	empedimentos

	verd. ^e	verdade
	B. ^{ar}	Baltazar
	p. ^a	para
	R. ^{do}	Reverendo
	neces. ^{as}	necessárias
	R. ^{mo}	Reverendissimo
	S. ^r	Senhor
	Vigr. ^o	Vigário
	G. ^{al}	Geral
	Prov. ^{or}	Provisor
	p. ^a	para
	Requerim. ^{tos}	Requerimentos
	p. ^r	por
	supp. ^e	supplicante
	dezp. ^o	dezpacho
	d. ^a	dita
	Guima ^{ez}	Guimarães
	S. ^{or}	Senhor
	Vig. ^{ro}	Vigario
	Ribr. ^a	Ribeira
	p. ^a	para
	V. ^a	Vossa

	m. ^{dar}	mandar
	Juram. ^{to}	Juramento
	impedim. ^{to}	impedimento
	Freg. ^a	Freguezia
	Sacram. ^{to}	Sacramento
	Rd. ^o	Reverendo
	mand. ^o	mandado
	fr. ^a	forma
	Min. ^o	Ministro
	Snn. ^{ca}	Sentença
	Depohim. ^{to}	Depohimento
	Md. ^o	Mandado
	Reconhecim. ^{to}	Reconhecimento
	X ^a	Ex causa

Fonte: Elaboração própria.

O **Quadro 9** permite constatar uma clara preferência por abreviar os substantivos (comuns, topônimos, antropônimos) e pronomes de tratamento. Isso revela a função prática dos documentos por meio do princípio da economia e fluidez na escrita. Os resultados encontrados por Assis, Silva e Pacheco (2021) demonstram que os substantivos apresentaram maior recorrência de abreviações em relação a outras classes gramaticais.

O estudo das abreviaturas em documentos históricos tem despertado o interesse de diversos pesquisadores por constituir um recurso linguístico relevante na edição de textos e na análise das práticas de escrita. A interpretação das abreviaturas exige a compreensão das tendências e características linguísticas dos manuscritos, aliada à consideração do contexto sócio-histórico e cultural e da habilidade de cada *scriptor*. Esses aspectos filológico-

paleográficos contribuem para determinar o valor linguístico das abreviaturas e dos sinais abreviativos, além de fornecer informações gramaticais essenciais à interpretação dos textos.

5 Considerações finais

A prática de edição de textos é uma das atividades mais importantes para a análise linguístico-filológica e sócio-histórica no estudo diacrônico, visto que a análise linguística por meio da contextualização sócio-histórica e cultural viabiliza os estudos diacrônicos, oferecendo o máximo de informações sobre o texto e sobre a língua em uso no período estudado.

O *corpus* constituído pelos processos de habilitação matrimonial do século XVIII centrou-se na descrição e análise sócio-histórica de fenômenos linguísticos a partir da edição diplomática que seguiu o rigor filológico, possibilitando a leitura mais precisa e facilitando a interpretação e análise das unidades selecionadas.

A análise dos aspectos gráficos e fonéticos evidenciou como a escrita do referido período refletia as transformações históricas da língua portuguesa e as condições socioculturais do Brasil colonial. As variações gráficas, a ausência de padronização ortográfica e a presença de marcas fonéticas na escrita revelaram não apenas a ausência de uma normatização, mas também a influência da oralidade e da tradição documental. As escolhas linguísticas demonstravam o papel dos *scriptores*, como mediadores entre a norma erudita e o uso popular, configurando a escrita como um espaço de intersecção entre a tradição e a prática social.

Por fim, ressalta-se que a edição diplomática dos processos de habilitação matrimonial do século XVIII amplia as possibilidades investigativas, ao mesmo tempo que reafirma o papel indispensável desses documentos eclesiásticos para a compreensão da memória da Igreja, da sociedade da época e das práticas culturais do Brasil colonial.

Referências

Fontes primárias manuscritas digitalizadas

PROCLAMES de casamento. Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundo Tribunal Eclesiástico, Série Casamento.

Fontes primárias impressas digitalizadas

CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563). O sacrossanto, e ecumênico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781. Disponível em: <https://purl.pt/360/4/>. Acesso em: 09 dez 2025.

CONSTITUIÇÕES PRIMEYRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA feytas, & ordenadas pelo Illustrissimo e Reuerendissimo Sor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade, propostas e acceytas em o Sinodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental: na Officina de Paschoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1719. Disponível em: <https://purl.pt/24092>. Acesso em: 09 dez 2025.

RITUALE ROMANUM - Editio princeps. ed. anastatica / introduzione e appendice a cura di Manlio Sodi, Juan Javier Flores Arcas; presentazione di Achille M. Triacca. Città del Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2004 [1604].

Referências bibliográficas

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. Uso de abreviaturas em um livro de assentos de casamentos do século XVIII do sertão de baixo do Rio São Francisco. *Prolíngua*, v. 16, n. 1, p. 229-243, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2021v16n1.58782. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/58782>. Acesso em: 13 dez 2025.

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. Assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII: análise da habilidade dos *scriptores*. In: CARVALHO, C. S.; ARAÚJO, S. S. F.; DIAS, V. C. (org.). *A sociolinguística no Nordeste: diferentes abordagens*. São Paulo: Pá de Palavra, p. 136-160, 2023. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/pq8ywkr0xquwpb1/A_sociolinguistica_no_nordeste.pdf?dl=0. Acesso em: 13 dez 2025.

ASSIS, L. B. *Tradições discursivas em assentos de casamentos do Sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX*. Tese (doutorado –Programa de Pós-Graduação em Linguística) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. DOI:<https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2024.v12i1.296>. Disponível em: <https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/296>. Acesso em: 13 dez 2025.

AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

BASSANEZI, M. S. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BERWANGER, A.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: 4ª ed. Santa Maria: Edita UFSM, 2012.

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

COSTA, R. F. Simplificação ou simplicidade da escrita? In: *Histórica*. Revista *on-line* do Arquivo do Estado de São Paulo. Edição 15. Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia01/#topo>. Acesso em 08 abril 2026.

COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DIAS, E. *De uma página a outra: o reclame em livros manuscritos e impresso do século XVI ao XIX*. São Paulo: Miró Editorial, 2018.

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GUMBRECHT, H. U. *Os poderes da filologia: dinâmica de conhecimento textual*. Tradução Greicy Pinto Bellin, Cláudia Regina Camargo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

LOSE, A. D. *et al. Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*. Salvador: Edufba, 2009.

LOSE, A. D.; SILVA, J. A. A.; MAZZONI, V. S. A pesquisa nos acervos Eclesiásticos de Salvador: análise sócio-histórica de um Ata de 1933. In: LOPES, N. da S.; BULLHÕES, L. P. de L.; PARCERO, L. M. de J. (org.). *Salvador, sob o olhar da Sociolinguística*. Feira de Santana: UEFS Editora, v. 1. p. 109-142, 2013.

LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista Abralín*, v. 16, n. 12, p. 71-86, jan./fev./mar./abr., 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 15 dez 2025.

LOSE, A. D.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. A crítica paleográfica como base para seleção dos corpora linguísticos. In: *XI Seminário de Estudos Filológicos: Filologia e Ensino: perspectivas críticas e editoriais*. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

LOSE, A. D.; SACRAMENTO, A.; DUARTE, R. J. A edição de textos manuscritos: um caminho para o ensino de linguagens. In: ATAÍDE, C; GOMES, V. S. *História dos textos, língua e cultura: abordagens para um ensino interdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2024.

PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PIMENTEL, H. U. *Casamento e Sexualidade: a construção das diferenças*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

PINTO, R. M. *História da Língua Portuguesa IV. Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTOS, G. A. M. *A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE. Recife, 2019.

SANTOS, G. A. M. *Os clérigos juizes: o exercício da Justiça Eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*. Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, J. A. A. O estado da língua portuguesa num documento do século XVIII: abordagem sócio-histórica de fenômenos linguísticos do Livro das Monjas. In: CAMBRUSSI, M. F.; ARAGÃO NETO, M. M. (org.). *Léxico e Gramática*. Curitiba: CVR, v. 1, p. 237-262, 2011.

SIMÕES, J. S.; COSTA, A. C. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: BASSANEZI, M. S. C. B.; BOTELHO, T. R. (org.). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, p. 35-58, 2009.

SOBRAL, M. G. T. *Abreviaturas: performances da escrita – glossário séculos XVI, XVIII e XIX*. São Paulo: Blucher, 2021.